



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08320.004590/2022-52

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

- 1.1. Número do Estudo Técnico Preliminar: 200374-5/2022
- 1.2. Categoria do objeto: **Obras e serviços de engenharia**
- 1.3. Processo Administrativo: **08320.004590/2022-52**

2. INTRODUÇÃO

2.1. O presente estudo, cuja demanda foi formalizada através do **Documento de Formalização de Demanda nº 24089053**, tem por objetivo atender ao disposto no Art. 24 da IN 05/2017-SEGES/MPDG, consistindo na análise da viabilidade e no levantamento dos elementos essenciais para possibilitar a contratação de empresa especializada para **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA nas Instalações Elétricas, no Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA, no sistema de Cabeamento Estruturado, no Circuito Fechado de TV - CFTV e no Plano de Prevenção de Combate a Incêndio - PPCI**, elencados nos projetos anteriormente contratados, do edifício da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis - DPF/ROO/MT.

2.2. A demanda foi formalizada inicialmente no processo **SEI nº 08320.000645/2021-74, em que foram contratados e recebidos os Projetos e a respectiva orçamentação**, que servirão de base para instruir o presente processo, sendo a estes anexados em cumprimento aos requisitos da IN 40/2020-MPDG. Esta análise será pautada pelas normas vigentes e diretrizes traçadas pelas seguintes Instruções Normativas:

- 2.2.1. Instrução Normativa nº 05/2017-MPDG;
- 2.2.2. Instrução Normativa nº 40/2020-MPDG;
- 2.2.3. Principais normativos aplicados à contratação:
 - 2.2.3.1. Normas técnicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial as NBR's: 16280, 5419, 5410, 14565, 16415.
 - 2.2.3.2. Códigos tributários dos municípios onde serão realizados os serviços;
 - 2.2.3.3. Lei nº 8.666/1993 e suas alterações;
 - 2.2.3.4. Leis e normas de Engenharia e Arquitetura;
 - 2.2.3.5. Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
 - 2.2.3.6. Instrução Normativa Nº 2, de 04 de junho de 2014, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 2.3. Além das normas acima citadas, outros documentos orientativos também devem ser observados pela contratada: Manual de Obras e Serviços de Engenharia da CGU/AGU; Acórdão nº 2.622/2013-TCU; Decreto 7.983/2013, entre outros.

2.4. Os serviços referenciados nesse estudo preliminar, dadas as suas características, configura-se como **OBRA DE ENGENHARIA**. De modo a se evitar subjetividade no entendimento, pode-se adotar

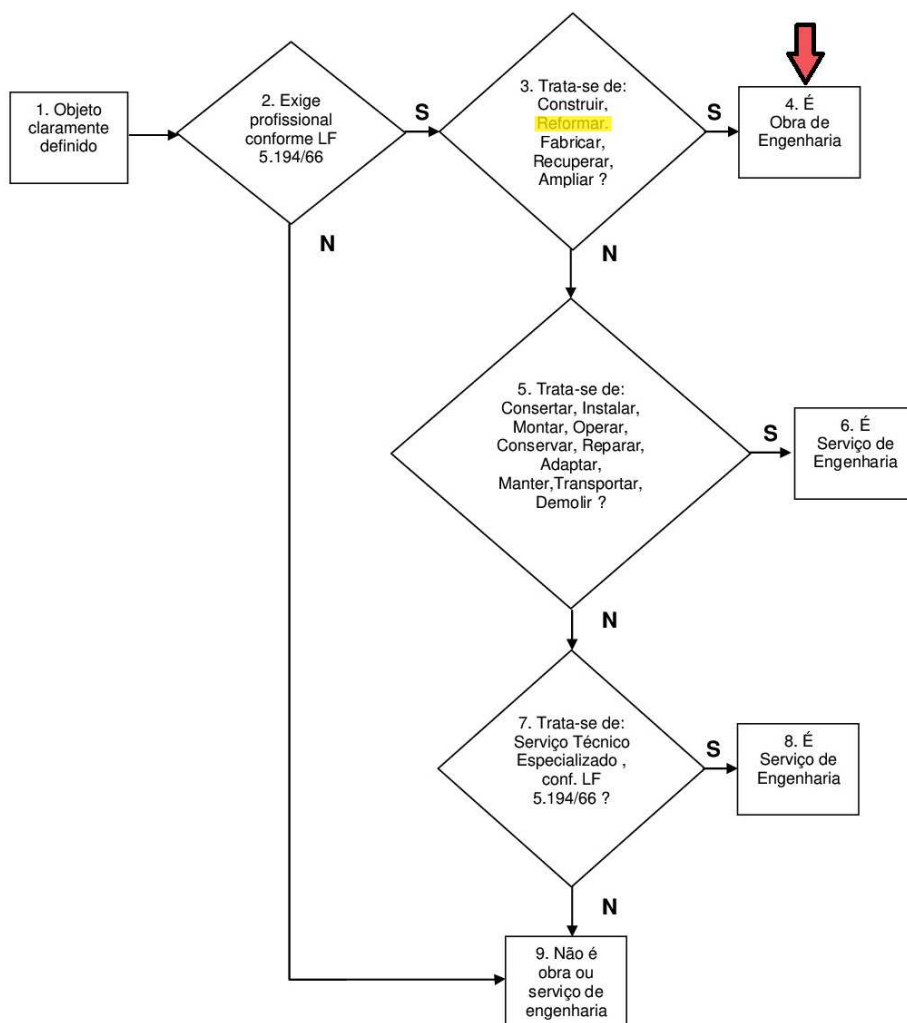
as considerações exaradas na Orientação Técnica OT – IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, que apresenta didático fluxograma para enquadramento de uma obra ou serviço de engenharia, no qual a situação do objeto está grifado em amarelo, transcrevo trecho desta Orientação Técnica:

"3. DEFINIÇÃO DE OBRA

Obra de engenharia é a ação de construir, reformar, fabricar, recuperar ou ampliar um bem, na qual seja necessária a utilização de conhecimentos técnicos específicos envolvendo a participação de profissionais habilitados conforme o disposto na Lei Federal nº 5.194/66. Para efeito desta Orientação Técnica, conceitua-se:

(...)

3.5 - Reformar: consiste em alterar as características de partes de uma obra ou de seu todo, desde que mantendo as características de volume ou área sem acréscimos e a função de sua utilização atual."



3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1. A necessidade da contratação dos serviços supracitados havia sido previamente justificada no item 1 do **Documento de Formalização da Demanda nº 24089053-GTED/SELOG/SR/PF/MT (24089053)**, conforme exposto a seguir:

"Visto que as instalações da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis possuem pelo menos 30 anos, conforme histórico dos registros constantes na matrícula do imóvel de nº 6.451, além de terem sido dimensionadas para suportar uma demanda muito menor que a atual e hoje encontrarem-se em estado precário, vide os documentos 17556415, 17556535 e 17556572, do processo SEI 08320.000645/2021-74. E, ainda, tendo esta superintendência recebido em definitivo o objeto do documento (17820093), do processo suso referido, que teve como finalidade a contratação de elaboração de projeto elétrico, arquitetônico (as built), e Plano de Prevenção de Combate a Incêndio - PPCI, da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis. Faz-se,

então, necessária a contratação de empresa especializada, para EXECUÇÃO dos serviços de reforma na instalação elétrica, no Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, no cabeamento estruturado, no Circuito Fechado de TV e no PPCI, elencados no projeto contratado, os quais serão melhor especificados no Estudo Técnico Preliminar e nas demais peças que farão parte desse processo."

3.2. Para tanto, através do processo 08320.000645/2021-74, foram contratados os projetos Básico, Executivo e demais peças técnicas necessárias para contratação da execução dos serviços acima descritos (**REFORMA nas Instalações Elétricas, no Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA, no sistema de Cabeamento Estruturado, no Circuito Fechado de TV - CFTV e no Plano de Prevenção de Combate a Incêndio - PPCI**, do edifício da Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT - DPF/ROO/MT).

3.3. Assim sendo, a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços previstos nos projetos previamente contratados é consequência lógica para que sejam solucionados todos os problemas identificados e está devidamente incluída no **PLANOB** do corrente ano (**Código MT-2022-05**).

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1. O setor requisitante foi devidamente indicado no **Documento de Formalização de Demanda** (24089053): GTED/SELOG/SR/PF/MT

4.2. Responsáveis pela Demanda: APF Leonardo Moraes Pereira e APF Luiz Augusto Ferreira da Silva

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para atender a necessidade da Administração, é necessário a contratação de empresa especializada em engenharia ou arquitetura, com qualificação técnica adequada e experiência prévia na execução de obras semelhantes (reformas e/ou execuções de instalações elétricas, de SPDI, de cabeamento estruturado, de Circuito Fechado de TV e de PPCI), para execução da reforma na Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT.

5.2. A empresa contratada deverá observar todas as normas brasileiras relativas à **Instalação Elétrica**, à instalação de **Sistemas de Proteção Contra Descargas Atmosféricas - SPDA**, à instalação de **Cabeamento Estruturado**, à instalação de **Circuito Fechado de Televisão - CFTV**, à implementação **Plano de Prevenção de Combate a Incêndio - PPCI**, e a reformas, em especial as NBR's 16280, 5419, 5410, 14565, 16415.

5.3. Faz-se necessário que os serviços sejam supervisionados por profissionais da Contratada devidamente habilitados nos respectivos Conselhos Profissionais e que a fiscalização técnica do contrato seja realizada por servidores com formação em engenharia civil, de modo que estes certifiquem que as especificações dos serviços e materiais sejam devidamente atendidas. Atenção especial também deve ser dada aos prazos e cronogramas previstos, tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista administrativo.

5.4. O contrato deverá observar as normas previstas na **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, uma vez que este é o regramento que melhor se adequa às necessidades de gerenciamento contratual dentro da Administração Pública.

5.5. É ainda requisito para a correta e célere finalização da contratação, que a gestão do contrato providencie, nos termos da **IN n. 05/2017-MPDG/SEGES**, o recebimento definitivo do objeto contratual no tempo previsto na legislação vigente, cabendo à equipe de fiscalização o recebimento provisório do objeto, sem pendências.

5.6. **Natureza da Contratação:**

5.6.1. O objeto a ser contratado constitui **serviço de natureza não continuada, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra**. Trata-se de obra a ser executada por período predeterminado, que poderá ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, observadas as hipóteses previstas no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.7. **Duração Inicial do Contrato:**

5.7.1. O **contrato terá duração inicial de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogável de acordo com o art. 57, I, da Lei de Licitações. Estima-se, conforme cronograma físico-financeiro contratado, que o **prazo para execução da obra seja de 06 (seis) meses**.

5.8. **Sustentabilidade:**

5.8.1. A empresa contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

5.8.1.1. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

5.8.1.2. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08 de outubro de 2003;

5.8.1.3. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

5.8.1.4. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

5.8.1.5. Realizar programa interno de treinamento de seus empregados para redução do consumo de energia elétrica, redução do consumo de água e redução da produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

5.8.1.6. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

5.8.1.7. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.8.1.8. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.8.1.9. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.9. **Transição Contratual:**

5.9.1. Não se aplica ao contexto desta contratação.

5.10. **Relevância dos requisitos estipulados:**

5.10.1. A solução de serviços cuja contratação se pretende, não possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser descritos objetivamente, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado, não se enquadrando, assim, na definição legal de **serviço comum** (§ 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555/2000, parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 e art. 14 da IN nº 05/2017-MPOG). Portanto, a seleção da empresa que prestará o serviço à Polícia Federal não poderá se dar por meio de Pregão Eletrônico (PE).

5.10.2. A responsabilidade pela execução dos projetos será dos profissionais e empresas legalmente habilitados pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) local, ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) local.

5.10.3. Os executores serão responsáveis pelo fiel cumprimento das normas técnicas relativas às disciplinas de cada projeto e pela assinatura da documentação pertinente (Estudos Preliminares, anteprojetos, projetos executivos completos, orçamentos, cronogramas físico-financeiros; ARTs no CREA ou dos RRTs no CAU, nos termos da Lei nº 6.496/1977 e da Lei nº 12.378/2010), quando necessário.

5.10.4. A execução deverá respeitar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta ou indiretamente aplicáveis a obras públicas, e em conformidade com as normas técnicas devidas.

5.10.5. A empresa contratada responderá pelos vícios e imperfeições eventualmente constatados até o prazo previsto no Código Civil.

5.10.6. Se houver necessidade, o responsável pelos projetos deverá providenciar as devidas aprovações/autorizações junto aos órgãos competentes, tais como: Prefeitura Municipal, Corpo de Bombeiros, concessionárias de serviços públicos (energia, telefonia, saneamento, etc.), entidades de proteção sanitária e do meio ambiente.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Os levantamentos de mercado a serem feitos são basicamente insumos e serviços constantes na tabela SINAPI e em outras tabelas oficiais de órgãos públicos e de empresas ou de entidades acreditadas pelo meio da construção civil nacional (como a SBC). Outros insumos, materiais e equipamentos poderão ser orçados diretamente no comércio local, devido a sua heterogeneidade ou especificidade.

6.2. Recomenda-se a utilização do **regime de execução por preço unitário**. Trata-se de orientação dada no TCU, Ac n. 1.977/2013-Plenário, em razão da imprecisão inerente à própria natureza do objeto contratado (Obra de reforma), que está sujeito a variações, especialmente nos quantitativos em seus itens orçamentários, em razão de fatores supervenientes ou inicialmente não totalmente conhecidos.

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

b) a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;

c) nas situações em que, mesmo diante de objeto com imprecisão intrínseca de quantitativos, tal qual asseverado na letra “b” supra, se preferir a utilização da empreitada por preço global, deve ser justificada, no bojo do processo licitatório, a vantagem dessa transferência maior de riscos para o particular - e, conseqüentemente, maiores preços ofertados - em termos técnicos, econômicos ou outro objetivamente motivado, bem assim como os impactos decorrentes desses riscos na composição do orçamento da obra, em especial a taxa de BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); (Acórdão nº 1977/2013 – Plenário).

6.3. “No regime de execução por preço unitário, em que a remuneração de cada serviço passa pela efetiva conferência de cada atividade executada, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Aliás, no ato da assinatura da avença, é pactuada a justa contraprestação remuneratória para cada serviço e estabelecido o equilíbrio do ajuste. As condições iniciais da proposta devem ser mantidas, inclusive durante a execução contratual, com equilíbrio entre os pagamentos e os encargos dela decorrentes (art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988 e art. 65 da Lei 8.666/1993)” (TCU. Acórdão nº 826/2015, Plenário. Rel. Min. Ana Arraes. DOU, 28 abr. 2015).

6.4. Nas empreitadas por preço unitário, mede-se cada unidade de serviço e os pagamentos far-se-ão mediante a multiplicação das quantidades executadas pelos seus respectivos preços unitários. O memorial de medições — peça necessária e fundamental para a regular liquidação de despesas — trará, em detalhes, a fundamentação dessas quantidades, para cada item constante do orçamento contratado.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. A empresa que vencer o processo licitatório deverá, com a técnica adequada, com todos os insumos, mão de obra e equipamentos necessários, executar o serviço de **reforma de imóvel da União localizado na Rua Sete de Setembro, 558, Vila Birigui, CEP 78705-010, no Município de Rondonópolis-MT, onde funciona a Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis/MT - DPF/ROO/MT.**

7.2. A execução do objeto deverá seguir as especificações do Projeto Básico, o Caderno de Especificação Técnica (incluindo assistência técnica, garantia e operação assistida) e dos Projetos de Engenharia, que detalharão de forma minuciosa todas as características e nuances dos serviços, materiais e formas a serem utilizados para realização do objeto em voga. Além disso a contratada deverá firmar garantia contratual dos elementos construídos de acordo com o preconizado pela Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

7.3. Considerando o prazo de execução do serviço de engenharia e o tipo de recurso disponível para custeá-lo, os pagamentos devidos a contratada seguirão cronograma específico, definido em projeto e serão efetivados, após liquidação na forma da lei.

7.4. A CONTRATADA deverá ter em seu quadro técnico profissionais com formação em engenharia e/ou arquitetura e prepostos, convenientemente credenciados junto ao CONTRATANTE, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, condução, controle e FISCALIZAÇÃO das obras e serviços de construção, nos moldes da NBR 5671/90.

7.5. A CONTRATADA cuidará para que todos os serviços e obras executadas acarretem a menor perturbação possível ao órgão e a todos e quaisquer bens, público ou privado, adjacentes à obra.

7.6. A CONTRATADA será responsável pela proteção de todos os componentes da obra e instalações de energia elétrica, água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços, ao longo e adjacentes à obra, devendo corrigir imediatamente, as suas expensas, quaisquer avarias que provocar nas mesmas.

7.7. A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, aos projetos fornecidos e às especificações, que complementam no que couber, o contido neste Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, do qual a CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento.

7.8. As obras deverão ser programadas pela CONTRATADA, em conjunto com a FISCALIZAÇÃO, dentro das limitações de espaço e horários que forem acordados, de forma a serem coerentes com os critérios de segurança e com a exequibilidade das reformas dentro do prazo máximo estabelecido no ato convocatório.

7.9. Qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE em virtude de atraso na finalização dos serviços será de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

7.10. A Contratada deverá efetuar o treinamento, dos servidores públicos, prestadores de serviços ou técnicos indicados pelo Contratante, transmitindo-lhes instruções, informações e habilitando-os à perfeita operação e manutenção das instalações, sistemas e equipamentos. O treinamento deverá terminar antes da aceitação definitiva, obedecendo-se às disposições descritas a seguir.

7.11. A CONTRATADA será responsável pela obtenção de todas as licenças e franquias necessárias para a realização das obras, além de pagar os emolumentos prescritos por lei e observando a legislação, códigos e posturas referentes aos serviços e obras, à segurança pública, bem como atender ao pagamento de despesas decorrentes das leis trabalhistas e impostos, que digam diretamente respeito aos serviços e obras contratados.

7.12. Quando as obras e/ou serviços contratados forem concluídos caberá à CONTRATADA apresentar comunicação escrita informando o término das obras e/ou serviços, cabendo à FISCALIZAÇÃO, no prazo de até 15 (quinze) dias, a verificação dos serviços executados, após o qual será lavrado Termo de Recebimento Provisório, que caracterizará a aceitação provisória de todas as instalações e sistemas executados, também vinculado à conclusão de todos os testes de campo e da entrega dos Manuais de Manutenção e Conservação e Instruções de Operação e Uso que será passado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela FISCALIZAÇÃO, após terem sido realizadas todas as medições e apropriações referentes a acréscimos, supressões e modificações.

7.13. A programação da obra será feita mediante acordo com a Fiscalização, que poderá determinar as etapas e locais prioritários para a execução das obras, serviços e instalações. O prazo total da

obra está previsto com base na realização dos trabalhos em horário comercial, de segunda à sexta-feira, sendo seu início determinado a partir da emissão de Ordem de Serviço.

7.14. Os serviços serão realizados concomitantemente aos trabalhos desenvolvidos pelo Contratante, devendo a Contratada prever a mobilização e desmobilização de equipe e equipamentos como também a proteção por tapumes móveis, galerias e/ou lonas plásticas buscando evitar a proliferação de poeira prejudicial aos equipamentos.

7.15. Após a adjudicação do licitante vencedor e 5 (cinco) dias anterior à data de execução dos serviços, a Contratada deverá providenciar a listagem de todos os operários e pessoal técnico (com nome completo, RG, CPF e nome da mãe) e veículos (número da placa) que terão acesso às dependências do Contratante, se possível durante todo o período de vigência /prazo da obra, que deverá ser entregue ao responsável pela administração da unidade local da obra. (Plano de mobilização).

7.16. As etapas de mobilização e desmobilização deverão ser definidas em conjunto com a Fiscalização de forma a interferir o mínimo possível com a rotina da Delegacia.

7.17. A Fiscalização será exercida por profissionais, Engenheiros e/ou Arquitetos, designada pelo Contratante, a qual será investida de plenos poderes para:

- a) solicitar da Contratada a substituição, no prazo de 24 horas, de qualquer profissional ou operário que embarace a sua fiscalização;
- b) rejeitar serviços defeituosos ou materiais que não satisfaçam às obras Contratadas, obrigando-se a Contratada a refazer os serviços ou substituir os materiais, sem ônus para o Contratante e sem alteração do Cronograma (ocorrendo tal hipótese, a Contratada deverá tomar as providências que se fizerem necessárias dentro do prazo de 48 horas da identificação do problema);
- c) sustar qualquer serviço que não seja executado de acordo com a melhor técnica, sem que este tenha direito a qualquer indenização;
- d) solicitar projetos, cópias de documentos etc. relativos às obras ou serviços.
- e) ação ou omissão total ou parcial da Fiscalização não eximirá a Contratada de sua responsabilidade pela execução das obras, serviços e instalações Contratadas.

7.18. A fiscalização do objeto dará cumprimento às regras definidas em Edital e Lei nº 8.666/93.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1. As áreas e quantitativos já foram devidamente estimadas no processo anterior, onde se contratou a elaboração dos projetos necessários para execução dos serviços (SEI 08320.000645/2021-74). Dessa forma, as quantidades estarão especificadas nos projetos e orçamentos que serão juntados no presente processo. Cabe a esta nova contratação apenas a execução dos serviços já devidamente projetados e orçados.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. Estima-se, de acordo com o orçamento contratado, realizado com base nas composições da tabela SINAPI, que o valor total da obra será de **R\$ 498.136,59 (quatrocentos e noventa e oito mil, cento e trinta e seis reais e cinquenta e nove centavos)**, já incluso o valor do BDI.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1. O art. 23, § 1º da Lei 8.666, dispõe que: "*As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem **técnica e economicamente viáveis**, procedendo-se à licitação com vistas ao **melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala***".

10.2. O parcelamento deverá ser técnica e economicamente viável: o parcelamento do objeto da presente licitação se mostra técnica e economicamente **inviável**. Os projetos básicos e executivos já foram

contratados e recebidos. Caso esses projetos sejam licitados separadamente, a não entrega de um deles ou o seu atraso, causará grandes prejuízos na execução dos demais.

10.3. O parcelamento deverá gerar o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade: os serviços pretendidos juntamente com os respectivos materiais fazem parte do mesmo segmento de mercado de empresas especializadas em reformas de sistemas de impermeabilização, ou seja, o não parcelamento não implicando em restrição de competitividade.

10.4. O parcelamento não poderá acarretar em perda de escala: o parcelamento do objeto, em razão de se tratar da execução de um serviço/obra em uma única localidade, poderia acarretar em perda de escala. Além disso os serviços são interdependentes entre si de modo que não podem ser separados sem que isso prejudique consideravelmente ou inviabilize a sua execução. Deve-se considerar ainda que a licitação será pelo menor preço global.

10.5. **Portanto, não será possível o parcelamento da obra na presente contratação**, pois os serviços demandados se inter-relacionam, sendo necessário a execução conjunta de todos eles pelo mesmo fornecedor. Deve-se considerar ainda que o prédio estará em uso durante a execução dos serviços, tornando-se necessário que a coordenação e gerência de todas as atividades estejam centralizadas na mesma empresa, de forma a não prejudicar a continuidade das atividades finalísticas do órgão.

10.6. Com base na justificativa acima, os Integrantes Técnicos da Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) entendem que não será possível parcelar o objeto desta contratação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

11.1. Os serviços objeto desta contratação são autônomos e prescindem de contratações correlatas ou interdependentes.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1. A pretendida contratação coaduna-se com as diretrizes traçadas no Plano Estratégico 2010/2022 da Polícia Federal, aprovado pela Portaria n.º 1735/2010-DG/PDF, atualizado pela Portaria n.º 4453/2014-DG/PF, contribuindo para que se atinjam os seguintes pontos:

"8. MACRO OBJETIVOS

8.1. Em relação ao Governo

Ser reconhecida como modelo de gestão perante o Poder Público.

8.2. Em relação à Sociedade

Ser reconhecida como motivo de orgulho e admiração perante a nação.

8.3. Em relação ao público interno

Ser reconhecida pelos servidores como uma das melhores instituições públicas para trabalhar.

9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

(...)

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.

9.7.1. Ação Estratégica: Gestão de Obras e Infraestrutura

Ampliar suas instalações e modernizar sua infraestrutura, bem como desenvolver, sistematizar e implementar mecanismos de gestão de obras, aprimorando, formalizando e padronizando procedimentos, técnicas e metodologias de controle e fiscalização, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados.

12.2. É nítida a relação entre contrato pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de manter as unidades em perfeitas condições, visando garantir o funcionamento correto e adequado e isso envolve atender aos requisitos de segurança em suas edificações, de maneira a atingir os macros objetivos, em especial o de satisfação do público interno.

12.3. O projeto em questão está diretamente alinhado a Ação Estratégica do órgão de Gestão de Projetos assim descrita: *"Implementar a cultura de gestão de projetos, de modo que as tarefas desempenhadas o sejam segundo as melhores práticas de elaboração, execução e gerenciamento de projetos, a fim de agregar valores e melhorias aos processos internos do órgão, fornecendo aos servidores envolvidos no processo o treinamento e capacitação adequados."*

- 12.4. A obra também está prevista no PLANOB 2022 (Código MT-2022-05).
- 12.5. Portanto a contratação pretendida abrange vários aspectos da funcionalidade e estratégia do órgão, contribuindo para o atendimento da sua atividade fim.

13. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 13.1. Em relação à reforma na instalação elétrica, trará principalmente benefícios relativos à segurança do edifício, pois o mesmo possui uma instalação elétrica já comprometida, que não supre a demanda atual e coloca em risco a segurança dos servidores e de todos que circulam ou venham a circular pelo ambiente.
- 13.2. Em relação ao Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas, trará benefícios também de segurança, visando a evitar acidentes de importante impacto, danos à infraestrutura e fornecer proteção as áreas com produtos inflamáveis em seu raio de proteção.
- 13.3. Em relação ao cabeamento estruturado, aperfeiçoará o desempenho da rede, evitará problemas de rede, facilitará a manutenção da rede, facilitará a instalação e adoção de novas tecnologias e aumentará a vida útil da infraestrutura de rede.
- 13.4. Em relação ao Circuito Fechado de TV, proporcionará maior segurança ao edifício e aos servidores que ali exercem suas funções.
- 13.5. Em relação ao Plano de Prevenção e Proteção de Combate a Incêndio, objetivará proteger a vida dos ocupantes e as edificações através de ações que evitam a propagação do fogo e reduzem os danos materiais causados em situação de incêndio.
- 13.6. A presente reforma da DPF/ROO/MT, quando concluída, trará benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, propiciando melhoria da qualidade das instalações físicas, bem como manutenção e conservação de baixo custo.
- 13.7. A contratação a ser firmada visa atender às necessidades do órgão no que se refere à perfeita execução dos serviços de polícia judiciária, favorecendo o desempenho da atividade fim.
- 13.8. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Delegacia de Polícia Federal em Rondonópolis irá realizar suas atividades institucionais melhor respaldada nos aspectos de condições físicas e ambientais, apresentando melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 14.1. Para a execução do contrato, a administração junto com a empresa contratada deve adequar as instalações físicas do prédio para que não haja interrupção total das atividades administrativas e policiais na DPF/ROO/MT. Sendo assim, a execução da reforma deve ser feita em etapas a fim de evitar paralisação total dos trabalhos realizados na delegacia.
- 14.2. A execução de todos os serviços contratados obedecerá, rigorosamente, aos projetos fornecidos e às especificações, que complementam no que couber, o contido no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, do qual a Contratada não poderá alegar desconhecimento.
- 14.3. As obras deverão ser programadas pela Contratada, em conjunto com a Fiscalização, dentro das limitações de espaço e horários que forem acordados, de forma a serem coerentes com os critérios de segurança e com a exequibilidade das reformas dentro do prazo máximo estabelecido no ato convocatório.
- 14.4. A Contratada deverá ter em seu quadro técnico profissionais com formação em engenharia e/ou arquitetura e prepostos, convenientemente credenciados junto ao Contratante, com autoridade para exercer, em seu nome, toda e qualquer ação de orientação geral, condução, controle e Fiscalização das obras e serviços de construção, nos moldes da NBR 5671/90.
- 14.5. A fiscalização técnica será feita por servidores deste Grupo de Técnico em Edificações e por servidores com formação em engenharia lotados na delegacia de Rondonópolis/MT.

14.6. A Fiscalização Contratual será exercida pela Gestão de Contratos desta Superintendência Regional.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1. A construção civil é um dos setores que podem causar diversos **impactos ambientais**, que vão desde o consumo de recursos naturais destinados a produção de insumos para o canteiro de obras, passando por mudanças de solo, áreas de sol e vegetação, até os reflexos no aumento no gasto de energia elétrica, por exemplo.

15.2. Neste contexto, durante a execução da obra os seguintes impactos ambientais poderão ser gerados:

15.2.1. Geração de resíduos:

15.2.1.1. Por se tratar de uma obra de construção civil, onde serão empregados diversos tipos de materiais e com construção onde há métodos manuais (ação humana), existe a Geração de Resíduos da Construção Civil.

15.2.1.2. A norma NBR 10.004, divide os resíduos em duas classes:

- Classe I – resíduos perigosos;
- Classe II - resíduos não perigosos.

15.2.1.3. Como forma de amenizar os impactos ambientais, é primordial a elaboração e implantação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil - PGRCC, em que haverá a destinação correta de cada tipo de resíduo gerado na obra.

15.2.2. Ruídos (poluição sonora):

15.2.2.1. Impactos sonoros podem ser nitidamente percebidos durante as obras.

15.2.2.2. É importante observar o **Plano Diretor** da cidade, visando entender as limitações de cada tipo de construção e seus impactos ambientais locais.

15.2.3. Aumento do consumo de energia

15.2.3.1. Durante a execução da obra poderá haver um consumo alto de energia com a utilização de equipamentos necessários a execução.

15.2.3.2. A utilização de equipamentos modernos e com alta eficiência podem amenizar este problema, além de uma gestão adequada da utilização de equipamentos elétricos no canteiro de obras.

15.2.4. Desperdício de água

15.2.4.1. Antes mesmo das obras ficarem prontas, é comum que haja um grande uso de água para diversos serviços, como a limpeza do canteiro, que comumente tem muita poeira e sujeira, e até para o cuidado com a saúde dos trabalhadores.

15.2.5. Mudanças em depósitos hídricos naturais

15.2.5.1. Devido a localização da obra onde existe a ocorrência de pedra a poucos metros da superfície, a obra pode afetar os lençóis aquáticos ou até a impermeabilização do solo. É importante que o projeto preveja soluções de modo a não impermeabilizar o solo, nem causar grandes mudanças no lençol freático local.

15.2.6. Poluição do solo

15.2.6.1. Por se tratar de obra de engenharia onde existe o depósito temporário de materiais, pode ocorrer a poluição do solo caso os mesmos sejam armazenados de forma inadequada. É importante existir um plano de armazenamento de materiais na obra durante toda a sua execução como forma de amenizar ou anular este impacto ambiental.

15.3. À Contratada será imposto, onde se mostrar necessário, mediante cláusula de obrigações a constar no Projeto Básico:

15.3.1. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

15.3.1.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável – PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

15.3.1.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

15.3.1.3. florestas plantadas; e

15.3.1.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

15.3.2. Apresentar cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 5, de 15/03/2014, e legislação correlata;

15.3.3. Apresentar documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

15.3.4. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

15.3.4.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

15.3.4.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

15.3.4.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros;

15.3.4.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

15.3.4.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

15.3.4.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

15.3.5. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

15.3.6. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

15.3.7. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

15.3.7.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

15.3.7.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

15.3.7.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

15.3.8. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e ao objeto da contratação, bem como o devido atendimento às demandas de negócio formuladas. Além disso, os benefícios pretendidos são adequados; os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade; os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos

16.2. Assim, declaramos que a contratação é plenamente viável, pois atende a todos os requisitos técnicos e legais.

Assinam eletronicamente:

(assinado eletronicamente)

LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA

Agente de Polícia Federal - Matrícula 14.746

Eng. Civil - CREA-MT n. 51141 - Integrante Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

LEONARDO MORAES PEREIRA

Agente de Polícia Federal - Matrícula 22.831

Eng. Civil - Integrante Requisitante da EPC

(assinado eletronicamente)

KLAUS QUEIROZ RIBEIRO

Agente de Polícia Federal - Matrícula 22.630

Eng. Civil - Integrante Administrativo da EPC

(assinado eletronicamente)
ELIEZER GENTIL DE SOUZA
Agente Administrativo - Matrícula 12.638
Integrante Administrativo da EPC



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA, Agente de Polícia Federal**, em 06/09/2022, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO MORAES PEREIRA, Agente de Polícia Federal**, em 06/09/2022, às 10:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KLAUS QUEIROZ RIBEIRO, Agente de Polícia Federal**, em 14/10/2022, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ELIEZER GENTIL DE SOUZA, Pregoeiro(a)**, em 14/10/2022, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **24302816** e o código CRC **3C5D4FB9**.